

RESUMO/ ABSTRACT

O QUE É UMA MULHER?

O trabalho examina e discute o termo “mulher” no contexto de algumas correntes do feminismo contemporâneo. Quando os estudos feministas se consolidaram no Brasil, na década de 1980, o conceito era pouco questionado e tinha uma nuance bastante essencialista, calcada na noção de experiência. Com a emergência e disseminação dos estudos de gênero e das teorias pós-modernas, adquiriu sentidos mais performativos, provisórios e supostamente menos políticos. Ao problematizar algumas dessas noções, procura-se abrir o debate para a comunidade de pesquisadoras sobre a mulher e a literatura.

Palavras-chave: mulher; gênero; feminismo; literatura.

WHAT'S A WOMAN?

This paper examines and discusses some of the meanings attributed to the concept of “woman” in the context of contemporary feminism. When feminist studies started in Brazil, in the 1980s, the word was hardly questioned and was employed in a rather essentialist way, based on the notion of experience. As gender studies and post-modern theories asserted themselves, it acquired more provisional and, supposedly, less political meanings. By discussing some of these issues, we mean to open the debate in the context of women and literature studies.

Keywords: woman; gender; feminism; literature.

O QUE É UMA MULHER?

Susana Bornéo Funck

Doutora em Humanidades pela Universidade do Texas em Arlington.

Professora de literaturas de língua inglesa na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC

sbfunck@floripa.com.br

Afinal, o que é uma mulher? A pergunta não é nova e tampouco original¹. Torna-se, no entanto, deveras pertinente no momento em que as pesquisas sobre mulher e literatura no Brasil comemoram duas décadas e meia de sua institucionalização acadêmica, em meio a um panorama cultural e teórico muito diferente daquele em que nasceu.

Quando o GT Mulher e Literatura foi criado, em 1985, sabia-se muito bem o que era uma mulher. Ou pelo menos assim se pensava. No contexto das teorias feministas, especialmente norte-americanas, que começavam a despontar no âmbito da crítica literária, dois conceitos eram fundamentais: o da experiência e o da identidade. O título de um dos livros de maior circulação na época pode ser considerado paradigmático: *A autoridade da experiência*, termos tomados de empréstimo a Chaucer, cuja personagem A Mulher de Bath afirmara que embora a experiência não fosse autoridade em seu mundo, ela lhe bastava para que pudesse falar. E o que a Mulher de Bath diz, como muitas de nós sabemos, é o que Freud nunca entendeu.

De qualquer forma, parece-me que não é leviano afirmar que a mulher éramos nós – acadêmicas brasileiras, na maioria brancas, heterossexuais e de classe média. Tínhamos lido *O segundo sexo* e *A mística feminina*, e agora vituperávamos, com Kate Millet, Shulamith Firestone e Robin Morgan, contra

¹ Foi tomada de empréstimo mais diretamente do livro de Toril Moi, *What is a Woman? And Other Essays* (Oxford: OUP, 1999).

um abstrato e universalizado regime patriarcal que nos excluía ou diminuía na instituição literária e nos oprimia na sociedade. Ao mesmo tempo aprendíamos, com Adrienne Rich, Sandra Gilbert, Susan Gubar e Elaine Showalter entre tantas outras, a importância do resgate e do revisionismo. E muito fizemos, sim, em nome dessa “mulher” com quem nos identificávamos.

Essa identificação era, na verdade, a outra grande tônica do feminismo da chamada “segunda onda”. Havia uma ênfase muito grande na questão da identidade, vista então quase como uma imposição, uma tática política. “Sisterhood is powerful” (A irmandade é poderosa) era não só o slogan das feministas radicais como também o título da primeira antologia de artigos e manifestos do então chamado Movimento de Liberação das Mulheres, organizado por Robin Morgan e publicado em 1970.

Entretanto, esses dois princípios básicos – a experiência e a identidade – que detonaram nossa inspiração para empreender uma crítica literária feminista logo se mostraram bastante frágeis. Vou me ater aqui a dois trabalhos dentre os muitos que levantaram críticas a essa visão monolítica inicial. O primeiro é o artigo de Joan Scott, “Experiência”, de 1991, cuja tradução para o português está incluída em *Falas de gênero* (1999). O segundo é o livro de Jeffrey Weeks, *Sexuality and its discontents*, publicado em 1985, que apresenta sérias críticas à política da identidade.

A busca de legitimidade na autoridade da experiência como ponto de partida para a crítica ou para a explicação, segundo Scott, reduz e enfraquece qualquer argumentação, por se colocar fora da construção discursiva que a possibilitou. Ou seja, toma a visão como límpida e a linguagem como transparente, ignorando o modo pelo qual o sujeito que experiencia foi socialmente (e ideologicamente) constituído. Citando Scott: “O projeto de tornar a experiência visível impede a análise do funcionamento do sistema e de sua historicidade; ao invés, reproduz seus termos. [...] Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (p. 27). Para ela, portanto, experiência é um processo que transforma em subjetivas relações que são, em verdade, sociais e históricas – e, portanto, contingentes. Assim, ao ser afirmada, minha experiência como mulher necessariamente exclui outras experiências de “mulheridade”, universalizando o particular e generalizando o local.

Mas mesmo correndo esse risco essencializante de reificação, desconsiderar totalmente a experiência pessoal significaria eliminar a possibilidade de subjetivação e o sentido de pertencimento que constrói a base da ação política. Precisamos, então, conforme Scott, historicizar a noção de experiência, o que “[s]ignifica recusar a separação entre ‘experiência’ e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso” (p. 42). Para ela, “o social e o pessoal estão imbricados um no outro” (p. 44), sendo ambos historicamente variáveis. Ou seja, o meu “ser mulher” aqui e agora é uma parcela ínfima e transitória do que é uma mulher. Não é tudo, mas também não é nada.

Igualmente paradoxal e talvez ainda mais complexa é a questão da identidade. Para Jeffrey Weeks, o conceito é no mínimo ambivalente. Mesmo que uma identidade sexual – como ser mulher, ser homem, ser lésbica, ser gay – tenha servido de base para importantes comprometimentos políticos, tais identificações são precárias e contingentes em termos culturais e históricos. Ser mulher em Nova York na década de 1970 não significa o mesmo que ser mulher no Brasil em 2011. Ser mulher negra ou da classe trabalhadora não é o mesmo do que ser uma mulher branca de classe média, como tão bem sabemos agora. A identidade, como a de gênero, a sexual, ou qualquer outra, é produto tanto da cultura e do discurso, quanto da natureza que nos identifica na materialidade do corpo. Para Weeks, “a imposição de uma identidade pode ser vista como uma grosseira tática de poder, construída para obscurecer a real diversidade humana por meio de rígidas categorizações de uniformidade” (p. 187)². Ao negar a possibilidade de escolha, essa busca de uma identidade “verdadeira” se torna uma ameaça e um desafio. Segundo ele, “identidade não é um destino, mas uma escolha”. [...] As identidades não são expressões de essências secretas. São autocriações, mas sobre bases não livremente escolhidas, mas oferecidas pela história” (p. 209).

Hoje sabemos, especialmente se lemos Thomas Laqueur, que o conceito de sexo é também uma invenção histórica, construída a partir de uma interpretação da materialidade do corpo, uma interpretação que foi naturalizada de forma binária e dicotômica, mas que pode ser questionada. “O que foi historicamente construído pode ser politicamente reconstruído”, diz Weeks (p. 210), citando Foucault, para quem “sexo não é uma fatalidade, é uma possibilidade de vida criativa”. Podemos, então, escolher ser mulher? Em que termos? Até que ponto? Estamos falando de sexo, gênero ou de sexualidade? Afinal, o que é uma mulher?

Muito provisoriamente, eu diria que uma mulher é um indivíduo cuja subjetivação ocorre dentro de normas e comportamentos socialmente definidos como femininos pelo contexto cultural em que se insere, seja aceitando-os ou rebelando-se contra eles. E mal acabo de colocar o ponto na frase quando uma outra pergunta se insinua: precisa ser biologicamente uma fêmea? Acredito que não, embora reconheça que a polaridade que a ciência historicamente construiu para os corpos humanos dificilmente permita uma subjetivação fora das normas do sexo biológico. Quando isso ocorre, muitas vezes conserta-se o corpo, como no caso das transexuais Roberta Close e Lea T, no Brasil.

Há outras duas questões que precisam ser levantadas em relação a essas normas sociais e culturais de que estamos falando. A primeira tem a ver com as várias e múltiplas interseções entre gênero, raça, classe, nacionalidade, religião e outras categorias de análise. Talvez mais eficaz do que qualquer

² As traduções dos textos em inglês são de minha autoria.

discussão seja evocar o clássico exemplo de Sojourner Truth, ex-escrava e oradora abolicionista norte-americana, que lutou também pelos direitos das mulheres. No seu famoso discurso *Ain't I a Woman?*, proferido na Convenção Nacional de Mulheres realizada em Akron, Ohio, em 1851, ela já apontava para as diferenças entre as mulheres e para a difícil questão sobre o que é uma mulher. Dizia ela:

Aquele homem lá diz que as mulheres devem ser ajudadas a subir nos carros, e carregadas sobre valetas, e sempre ocupar os melhores lugares em toda a parte. Ninguém nunca me ajuda a subir em carros, ou a passar por sobre a lama, ou me dá os melhores lugares! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Vejam meus braços! Eu já manejei o arado, plantei e colhi, e nenhum homem me superava! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava tanto e comia tanto quanto um homem – quando conseguia o que comer – e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Pari treze filhos, e vi a maioria deles ser vendida como escravos, e quando chorei minha dor de mulher, só Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher?

Em contraste ao argumento “biológico” de Sojourner Truth, Monique Wittig, falando na Convenção da Modern Language Association, em Nova Iorque, em 1978, apresenta razões discursivas para afirmar que lésbicas não são mulheres. Publicado com o título de “The Straight Mind” em *Feminist Issues* em 1980 e incluído em sua coleção de ensaios de 1992, o artigo aponta a heterossexualidade normativa como o grande problema para a subjetivação de lésbicas e gays na sociedade contemporânea. Insistindo nas consequências materiais do discurso, Wittig argumenta que os discursos da heterossexualidade são opressores no sentido de que “não nos deixam falar a não ser que se fale em seus termos” (p. 25). Para ela, “homem” e “mulher” são conceitos políticos de oposição e é apenas pela luta de classes entre homens e mulheres que se pode erradicar uma situação histórica de dominação (p. 29), ou seja, como categorias chave de pensamento e de linguagem, esses termos precisam ser politicamente transformados. Segundo Wittig, o que é uma mulher não é problemático para as lésbicas, pois o conceito “mulher” só tem significado dentro de sistemas heterossexuais de pensamento. “Lésbicas não são mulheres” (p. 32).

O raciocínio de Wittig sempre me pareceu interessante por se encontrar na contramão do senso comum, que insiste em diferenciar cada vez mais o masculino e o feminino, como se o mundo fosse uma loja de brinquedos: cor-de-rosa de um lado e policromática de outro. De fato, para a mídia brasileira em geral, e os veículos da Rede Globo em particular, homens e mulheres são duas versões opostas e antagônicas da raça humana, cujas diferenças precisam ser constantemente polarizadas e afirmadas, desde os programas da apresentadora Xuxa (Quem sabe mais, meninos ou meninas?) até as mais supostamente sofisticadas entrevistas do programa dominical Fantástico. A julgar pelas ma-

térias veiculadas, parece assunto da maior importância determinar quem compra mais, quem come mais, quem trabalha mais, quem se preocupa mais com cada uma das banalidades do cotidiano. Em um desses programas, perguntava-se quem é mais feliz depois dos 50, o homem ou a mulher? A resposta de um psicanalista causa um certo espanto: as mulheres tendem a ser mais infelizes pelo fato de que, na maturidade, geralmente já perderam sua capacidade de procriar. A afirmação biologizante, que não merece comentários acadêmicos, especialmente em um contexto feminista, suscita entretanto uma constatação: há definitivamente uma falta de conexão ou continuidade entre nossas pesquisas de gênero e as “verdades” que circulam na mídia. Os desequilíbrios nas relações de gênero, que tanta desigualdade e violência causam na sociedade brasileira, continuam a ser livremente fomentados pelos aparelhos ideológicos da cultura contemporânea, não mais apenas a escola, a família e a igreja, mas também, e especialmente, a mídia.

Felizmente, existem algumas vozes dissonantes. Em uma entrevista para o programa Almanaque, veiculada pelo canal por assinatura Globo News no dia 27 de outubro de 2007 e tendo como motivo o lançamento do filme *O Passado*, a jornalista Beatriz Thielman entrevistava o ator mexicano Gael García Bernal e o cineasta Hector Babenco quando, a propósito do tema do filme, lhes perguntou se os homens encaram melhor o excesso de amor do que as mulheres. A pergunta, recebida com risos e com um certo constrangimento, suscitou uma resposta evasiva por parte de Bernal, que disse depender da experiência pessoal de cada um. A entrevistadora insistiu: Mas, na sua opinião, os homens escondem mais as questões de amor do que as mulheres? Visivelmente irritado, o ator afirmou que seria banal dizer que sim ou que não, e que sua resposta teria que ser: Não sei, não sei, não sei.

Também a neurologista Suzana Herculano-Houzel, em entrevista concedida à Folha de São Paulo em janeiro de 2005, argumenta que as diferenças entre homens e mulheres são muito menores do que a psicologia popular sugere. Refutando as bases biológicas das poucas diferenças comprovadas, afirma que a grande distinção entre os cérebros masculino e feminino diz respeito apenas ao comportamento sexual.

O problema, portanto, não é efetivamente a diferença em si, a diferença entre mulheres e homens. O problema é a diferença vista como sendo da mulher em relação ao homem. É o modo pelo qual a diferença é apreendida e tratada como imperativa e essencial. É a forma pela qual ela afeta nossos modelos de conhecimento e de relacionamento, com vantagens para alguns e desvantagens para outros. E é por essa razão que temos necessidade de entender o discurso, a linguagem em uso, não como um sistema transparente de significação do mundo, mas como o próprio instrumento de sua construção, pois o processo pelo qual adquirimos conhecimento é discursivo.

De qualquer forma, a mídia parece saber muito claramente o que é uma mulher. Retomando minha tentativa anterior de definição, poderíamos dizer que na cultura contemporânea mulheres e homens ainda são muito geralmente definidos por qualidades que emanam diretamente do corpo, seja de seus hormônios ou de sua força muscular. E esse determinismo biológico acaba por produzir uma visão estável e coerente da subjetividade feminina.

Por outro lado, no esforço para redimir o termo “mulher” dessa visão essencialista e heterossexista, teóricas do pós-estruturalismo muitas vezes desmantelam a categoria, tornando-a um mero jogo linguístico sem agenciamento político. Vários dos livros publicados no final da década de 1980 e início dos anos 90 ilustram essa discussão. O irônico título do livro de Tania Modleski, *Feminism Without Women* (Feminismo sem mulheres), publicado em 1991, talvez seja paradigmático. Temos ainda *Essentially Speaking* (Essencialmente falando), de Diane Fuss (1989), e *Am I That Name?* (Eu sou esse nome?), de Denise Riley (1988), ambos tratando da categoria “mulher” e de suas vicissitudes enquanto sujeito concreto e real³.

Mas qual é efetivamente o papel da materialidade do corpo no processo de subjetivação? Em seu artigo “What Is a Woman?”, Toril Moi faz interessantes considerações a esse respeito. Segundo ela, nenhuma teoria feminista contemporânea consegue superar Simone de Beauvoir na compreensão histórica e concreta do que significa ser mulher numa dada sociedade (p. 4-5). Não sei se concordo com Moi. Tanto Elizabeth Grosz quanto Judith Butler podem ser bastante convincentes no que se refere às questões do corpo. Seja como for, o conceito de Beauvoir sobre “o corpo como situação” utilizado por Moi parece apropriado para a presente discussão.

Para Beauvoir, todo ser humano se encontra sempre em uma situação específica, sendo o corpo uma delas. Uma de suas frases mais citadas é a afirmação de que “[o] corpo não é uma coisa, é uma situação: é nossa tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos” (p. 54). Sendo assim, o corpo está intimamente ligado à subjetividade, especialmente se considerarmos o contexto do existencialismo, com sua crença de que cada indivíduo é um constante tornar-se. São nossas ações que dão significado a nossas vidas. Conforme a interpretação de Toril Moi, “afirmar que o corpo é uma situação é reconhecer que o significado do corpo de uma mulher está ligado ao modo como ela usa sua liberdade” (p. 65), não sendo portanto uma visão essencialista, uma vez que engloba tanto aspectos objetivos quanto subjetivos da experiência.

Em entrevista à *Revista Estudos Feministas*, publicada em 2007, Moi explicita melhor essa relação:

³ Para uma excelente discussão da categoria “mulher” na teoria feminista, ver COSTA, Claudia L. “O sujeito no feminismo: revisitando os debates”. *Cadernos Pagu*, nº 19, 2002, p. 59-90.

Mas o que gosto em Simone de Beauvoir [...] é a idéia de se tomar como ponto de partida o corpo vivo concreto, isto é, partir da crença de que há corpos no mundo. Esse é um ponto inicial fenomenológico. E então a questão se torna o que o sexo faz a nós como seres humanos localizados em um corpo. A resposta é que o corpo está sempre em uma situação e que serve a uma situação também. [...] A maneira como entendo isso é que o mundo – significando o poder do povo, o que quer que seja – o mundo está seguramente tentando fazer algo conosco, de forma que respondemos a isso, estamos sempre tentando fazer algo com aquilo que o mundo está tentando fazer conosco. Uma resposta é aceitar passivamente, outra é resistir e lutar. [...] respondemos ao mundo de várias maneiras – manipulamos, mobilizamos, ou simplesmente inscrevemos significados em nossos corpos. [...] Ao longo do tempo, você se torna o registro histórico de seus projetos e do que o mundo faz com eles. E o fato de fazer isso como um ser humano localizado em um corpo significa que nós mulheres caminhamos pelo mundo com corpos que o mundo assume como femininos. Isso produz um número de experiências com as quais não teríamos que lidar caso nossos corpos fossem tomados como masculinos. E não se trata de essencialismo, no sentido de que esta ou aquela experiência é intrínseca ao corpo feminino. Só estou dizendo que o mundo vai tratar a mulher de maneiras completamente diversas, maneiras pelas quais não seria tratada se o mundo entendesse seu corpo como masculino. [...] Não estou dizendo que você tem que ser uma mulher; estou dizendo que, se seu corpo for tomado como feminino, sejam lá quais forem seus cromossomos, é assim que o mundo concebe você (p. 110-11).

Essa visão do corpo como situação, como experiência vivida, é bem mais complexa do que a noção de experiência com que iniciamos esta discussão. E o processo de subjetivação a partir de uma situação corporificada vem ao encontro do entendimento de identidade como algo sempre incompleto e em transformação. Ao mesmo tempo, resgata aquela materialidade que havia ficado em segundo plano nas teorizações pós-estruturalistas.

Retomando, então, nossa explicação provisória do que é uma mulher, podemos modificá-la, ainda que também provisoriamente, dizendo que uma mulher é um ser humano concreto, entendido culturalmente como feminino em certo momento ou lugar, e que precisa negociar sua experiência dentro de construções discursivas que podem ou não comprometer seu completo desenvolvimento como indivíduo. Não é uma postura necessariamente política.

Entretanto, no momento em que o termo “mulher” é colocado no binômio “mulher e literatura” (ou “a mulher na literatura”), novas considerações precisam ser feitas. O termo aqui funciona como uma marca de diferença, implicando uma relação que qualifica ou restringe a literatura, e indicando um recorte específico que determina um posicionamento político. Na verdade, temos aqui duas “mulheres” – uma, por assim dizer, corporificada e fora da literatura; outra dentro, discursivamente

imaginada (ou imaginando, se considerarmos a autoria). A primeira, que somos nós, não pode prescindir de uma consciência crítica interessada. Como sujeitos do feminismo, estamos necessariamente engajadas naquela luta de que falava Wittig pela erradicação de estruturas de dominação.

Nesse sentido, quero resgatar aqui um texto da Rita Schmidt apresentado em setembro de 1995, no VI Seminário Nacional Mulher e Literatura, na UFRJ, e que deveria estar circulando entre nós de modo mais amplo. Conforme ela,

não há conhecimento desinteressado. E podemos dizer também que o interesse determina dois tipos de conhecimento. De um lado, temos o conhecimento colonizador, imbricado na elitização da cultura [...]. De outro lado, temos o conhecimento emancipatório. [...] O conhecimento emancipatório constitui o sujeito como agente ativo do processo de sua produção/reprodução a partir dos valores de solidariedade e comunidade. É um sujeito comprometido com o contexto histórico-social e intelectual que o envolve, consciente de que os limites epistemológicos do discurso e prática etnocêntrica e patriarcal são também fronteiras enunciativas para outros discursos e práticas, divergentes e dissidentes (p. 138-40).

É esse conhecimento emancipatório que emerge da conjunção dos termos “mulher” e “literatura”. Esta mulher aí nomeada subsidia uma importante mudança na instituição da literatura, seja pela alteração do cânone, por meio do resgate, seja pela ampliação das possibilidades interpretativas do texto literário.

A segunda mulher está nos textos. E é a política de sua representação que nos interessa na medida em que, imaginada, ela é da maior importância na construção dos sistemas a partir dos quais nos subjetivamos. Se somos as histórias que nos contam – tanto no sentido de que elas nos representam quanto no de que são contadas para nós – então as narrativas podem se tornar uma fonte de identificação. Essa “outra mulher” que habita os textos é um repertório de possibilidades e perigos para o projeto feminista.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie, em sua palestra *The Danger of a Single Story*, disponível na página do TED na Internet, conta como suas primeiras personagens tinham olhos azuis, tomavam chá com torradas e falavam sobre o tempo, como nos romances ingleses que ela havia lido. A indiana Rajeswari Rajan, em *Real and Imagined Women*, nos alerta sobre as estratégias e as estruturas alternativas na política da representação que podem se constituir em espaços de oposição para o sujeito pós-colonial.

Enfim, nenhuma representação é neutra. Portanto, abordar a mulher em Machado de Assis ou a personagem feminina em Marilene Felinto, por exemplo, de forma descritiva, sem uma sólida ancoragem na crítica feminista, com suas bases na leitura contracorrente ou sintomática, não se coaduna

com a posição política evocada pelo binômio “mulher e literatura”, em que a conjunção “e” talvez seja a palavra mais importante. Mesmo que continuemos a não saber o que é uma mulher, ou o que possa ser literatura, temos um projeto político-acadêmico traçado para nós – o de continuar interferindo, por pelo menos mais 25 anos, na crítica literária feita no Brasil.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. *The Danger of a Single Story*. Disponível em: http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. Acesso em: 05 maio 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. I. 12. ed. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CHAUCEY, Geoffrey. *Os contos de Cantuária*. Trad. de Paulo Vizioli. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988 [1453].

DIAMOND, Arlyn; LEE, R. Edwards (org.). *The Authority of Experience: Essays in Feminist Criticism*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1977.

FOUCAULT, Michel. “Sex, Power and the Politics of Identity: an Interview by Bob Gallagher and Alexander Wilson”. *The Advocate*, v. 7, ago. 1984, p. 26-50. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexo.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2011.

FUNCK, Susana B.; SCHMIDT, Rita T. “Liberdade, justiça e igualdade para as mulheres: uma entrevista com Toril Moi”. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, nº 1, jan.-abr. 2007, p. 107-22.

FUSS, Diane. *Essentially Speaking: Feminism, Nature, and Difference*. New York: Routledge, 1989.

GROSZ, Elizabeth. “Corpos reconfigurados”. *Cadernos Pagu*, nº 14, 2000, p. 45-86.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MODLESKI, Tania. *Feminism without Women: Culture and Criticism in a “Postfeminist” Age*. New York: Routledge, 1991.

MOI, Toril. "What Is a Woman? Sex, Gender, and the Body in Feminist Theory". *What Is a Woman? And Other Essays*. Oxford: OUP, 1999. p. 3-120.

MORGAN, Robin (org.). *Sisterhood is Powerful: An Anthology of Writings from the Women's Liberation Movement*, New York: Vintage, 1970.

RAJAN, Rajeswari Sunder. *Real & Imagined Women: gender, culture and postcolonialism*. London: Routledge, 1993.

RILEY, Denise. *Am I That Name? Feminism and the Category of "Women" in History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

SCHMIDT, Rita T. Para que crítica feminista? (Anotações para uma resposta possível). In: XAVIER, Elódia (org.). *Anais do VI Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Rio de Janeiro: NIELM, 1996. p. 138-49.

SCOTT, Joan. "Experiência". Trad. de Ana Cecília A. Lima. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. S.; RAMOS, Tânia R. O. (org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

TRUTH, Sojourner. *Ain't I a Woman?* Disponível em: <http://www.feminist.com/resources/artspeech/genwom/sojour.htm>. Acesso em: 19 abr. 2011.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its Discontents: Meanings, Myths & Modern Sexualities*. Londres: Routledge, 1985.

WITTIG, Monique. "The Straight Mind". In: _____. *The Straight Mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992. p. 21-32.

Recebido em 18 de fevereiro de 2011

Aprovado em 25 de abril de 2011